

**AO PREGOEIRO RESPONSÁVEL PELO PREGÃO ELETRÔNICO
27/2023, DA PREFEITURA DE FLOR DO SERTÃO**

PE 27/2023

LEONARDO A C DE ALBUQUERQUE E SILVA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 22.626.640/0001-44, com sede na Rua Adele, nº 95, TORRE DENVER, CONJ 204, São Paulo, SP, CEP 04757-050, por seus procuradores, vem à presença de Vossa Senhoria, apresentar

IMPUGNAÇÃO

ao edital da licitação em epígrafe, pelos motivos fáticos e jurídicos a seguir expostos.

I. DOS MOTIVOS DE IMPUGNAÇÃO

a. A EXIGÊNCIA DE REGISTRO NO CRM DO ESTADO DE LOCALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO É INDEVIDA

O Edital retrata que a licitante deve estar registrada no Conselho Regional competente, mas não diz que seria.

O correto é que a empresa participante tenha inscrição no CRM da sua localidade e, caso vencedora, providencie o CRM do local da licitação.

Isso porque a exigência de que licitante esteja devidamente registrada no Conselho Regional de Medicina do Estado de Santa Catarina, mesmo se sediada em outro Estado, infringe o que está expresso no art. 3, §1º, I da Lei nº 8.666/96, no que se refere as preferências ou distinções entre os licitantes.

Art. 3º. (...)

§ 1º **É vedado aos agentes públicos:**

I - **admitir, prever, incluir** ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e **estabeleçam preferências ou distinções** em razão da naturalidade, **da sede ou domicílio dos licitantes** ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 (g.n.)

Desta forma, entende-se que ao solicitar, de todos os licitantes, o prévio registro do CRM do Estado em que o serviço será prestado, como critério de participação do processo licitatório, limita-se sobremaneira a concorrência, pois restringe a participação somente às empresas já situadas ou que já atuam no referido Estado.

Veja-se que a Lei nº 8666/1993 não prevê tal restrição. O art. 30, I, somente permite a exigência de registro ou inscrição na entidade profissional, sem limitar o Estado em que o registro deve ter sido feito:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

Ou seja, a licitante, para fins habilitatórios, deve estar devidamente registrada de forma regular no Conselho Regional de Medicina da sua sede, independente da localidade.

Ademais, neste mesmo viés, a resolução 1.980/2011 do Conselho Federal de Medicina (CFM), nos informa que:

Art. 3º **As empresas**, instituições, entidades ou estabelecimentos prestadores e/ou intermediadores de assistência à saúde com personalidade jurídica de direito privado **devem registrar-se nos conselhos regionais**

de medicina da jurisdição em que atuarem, nos termos das Leis nº 6.839/1980 e nº 9.656/1998. (g.n.)

Como não há certeza de que a empresa licitante será a vencedora do certame, não se pode obrigar, no momento da habilitação, o registro no CRM do Estado da prestação do serviço. **Isso somente pode ser exigido da empresa vencedora**, que terá a certeza de que prestará o serviço no local.

Por seu turno, a Lei 3.268/1957 (Dispõe sobre os Conselhos de Medicina), em seu art. 17, leciona que os médicos, para exercerem a medicina, deverão possuir registro no Conselho Regional do local de sua atividade. Veja-se:

Art. 17. Os médicos só poderão exercer legalmente a medicina, em qualquer de seus ramos ou especialidades, após o prévio registro de seus títulos, diplomas, certificados ou cartas no Ministério da Educação e Cultura e de sua inscrição no Conselho Regional de Medicina, sob cuja jurisdição se achar o local de sua atividade.

Portanto, tanto empresa, quanto o próprio médico, possuem somente a obrigatoriedade de possuírem registro no CRM do local de suas atividades.

Neste sentido, o Acórdão 1176/2016 do Plenário, traz a seguinte decisão:

“Restringe a competitividade do certame a exigência, como condição de habilitação, de aposição de visto pela entidade fiscalizadora local nos documentos de capacidade técnica de licitantes sediadas em outras unidades da Federação. A exigência aplica-se apenas à vencedora da licitação”.

Em situação análoga, o TCU, confirmando seu posicionamento, preconiza que o registro no conselho de classe local só poderá ser exigido da licitante vencedora do certame, sob pena de violar a competitividade. Veja-se:

O visto do **Crea do local de realização das licitações de empresas interessadas em participar de licitações somente deve ser exigido quando da contratação da vencedora do certame, e não na fase de habilitação** (Acórdão n. ° 992/2007-Primeira Câmara; Data da sessão: 18/04/2007; Relator: Marcos Bemquerer). (g.n.)

O registro ou visto em conselho regional de engenharia e arquitetura do local de realização de obra é condição para celebração do contrato, mas não para participação de empresa na respectiva licitação (Acórdão n. ° 2239/2012Plenário; Data da sessão: 22/08/2012; Relator: José Jorge). (g.n.)

Restringe a competitividade do certame a exigência, como condição de habilitação, de aposição de visto pela entidade fiscalizadora local nos documentos de capacidade técnica de licitantes sediadas em outras unidades da Federação. **A exigência aplica-se apenas à vencedora da licitação.** (Acórdão n. ° 1176/2016-Plenário; Data da sessão: 11/05/2016; Relator: Augusto Sherman) (g.n.)

Assim, é possível entender que somente poderá ser exigido o registro no CRM-SC daquela que for a vencedora da licitação, uma vez que ali também passara a ser sua jurisdição de atuação e do seu responsável técnico, conforme citado acima na resolução do CFM.

Eis o vício que prejudica o edital, e que deve ser retirado sob pena de anular todo o procedimento.

b. A EMPRESA PODE COMPROVAR SEU VÍNCULO COM O PROFISSIONAL POR CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O Edital determina que os profissionais, se não forem sócios, devem comprovar vínculo empregatício, contudo, não traz a possibilidade de contratação de profissional autônomo por Contrato de Prestação de Serviços.

Caso o Edital não admita a contratação de profissional autônomo por Contrato de Prestação de Serviços, impugna-se, desde já.

Não é razoável exigir da empresa licitante que mantenha, sob vínculo empregatício, profissionais somente para participar de licitações.

A jurisprudência das Cortes de Contas é incisiva em reconhecer a possibilidade de contratação de profissional autônomo por Contrato de Prestação de Serviços. A exemplo, o TCE/SP cristalizou esse entendimento pela Súmula 25. Veja-se:

Súmula 25 do TCE/SP: em procedimento licitatório, a comprovação de vínculo profissional pode se dar mediante contrato social, registro na carteira profissional, ficha de empregado ou contrato de trabalho, **sendo possível a contratação de profissional autônomo que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.** (g.n.)

O TCU, por sua vez, já pacificou o assunto e viabilizou a contratação de profissionais autônomos. Colaciona-se:

abstenha de exigir comprovação de vínculo empregatício do responsável técnico de nível superior com a empresa licitante, uma vez que extrapola as exigências de qualificação técnico-profissional, definidas no art. 30, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/1993, e **passe a admitir a comprovação da vinculação dos profissionais ao quadro permanente por intermédio de apresentação de contrato de prestação de serviço**, de forma consentânea ao posicionamento jurisprudencial da Corte de Contas nos Acórdãos nºs 361/2006-Plenário, 170/2007-Plenário, 892/2008-Plenário e 1.547/2008- Plenário (item 1.5.2, TC-021.108/2008-1) (g.n.)

o profissional esteja em condições de desempenhar seus trabalhos de forma efetiva no momento da execução contratual. Sendo assim, **o contrato de prestação de serviços regido pela legislação civil comum se revela suficiente para a Administração Pública**” (Acórdão n.º

1898/2011-Plenário, TC-011.782/2011-0, rel. Min. Raimundo Carreiro, 20.07.2011.) (g.n.)

É desnecessário, para comprovação da capacitação técnico-profissional, que o empregado possua vínculo empregatício, por meio de Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS assinada, sendo suficiente prova da existência de contrato de prestação de serviços, regido pela legislação civil comum, tratada no art. 30, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993. (Acórdão 103/2009 Plenário) (g.n.)

Didaticamente, leciona o jurista Marçal Justen Filho (2005, p. 332 e 333)¹:

Não é possível, enfim, transformar a exigência de qualificação técnico-profissional em uma oportunidade para garantir 'emprego' para certos profissionais. **Não se pode conceder que as empresas sejam obrigadas a contratar, sob vínculo empregatício, alguns profissionais apenas para participar de licitação.** A interpretação ampliativa e rigorosa da exigência de vínculo trabalhista se configura como uma modalidade de distorção: o fundamental, para a Administração Pública, é que o profissional esteja em condições de efetivamente desempenhar seus trabalhos por ocasião do futuro contrato. É inútil, para ela, que os licitantes mantenham profissionais de alta qualificação empregados apenas para participar da licitação. Aliás, essa é a interpretação que se extrai do próprio art. 30, quando estabelece que as exigências acerca de pessoal qualificado devem reputar-se atendidas mediante mera declaração de disponibilidade apresentada pelo licitante.

Por este motivo, deve o ente permitir que a empresa licitante comprove o vínculo com seu profissional através de Contrato de Prestação de Serviços.

II. DOS PEDIDOS

¹ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 11º Ed, São Paulo: Dialética, 2005, paginas. 332 e 333

Pelo exposto, requer-se o recebimento desta peça, apresentada por via eletrônica, com vistas a dar **provimento à impugnação** para exigir o CRMSC somente da empresa vencedora, concedendo-lhe prazo razoável. Ainda, pede-se que seja aceito a comprovação de vínculo com o profissional por contrato de prestação de serviços.

Informa-se, por fim, que o não atendimento deste pedido implicará em representação ao Tribunal de Contas competente, bem como denúncia ao Ministério Público e demais órgãos de controle.

Nesses termos, pede e espera deferimento.

Londrina, dia 10 de outubro de 2023.

**Rafael Carvalho Neves dos
Santos**
OAB/PR nº 66.939

**Simone Cristina Izaías
Cunha**
Bacharel em Direito